



## RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023– 1º BIMESTRE (JANEIRO E FEVEREIRO)

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, foi instituído pela Lei Municipal n.º 154/92, com última alteração pela Lei Municipal n.º 96/2019, regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 135/2014. De conformidade com as normas baixadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através da Instrução Normativa n.º 36/2009, a qual estabelece procedimento para atendimento, em sede de execução orçamentária, do efetivo cumprimento do princípio constitucional da absoluta prioridade à criança e ao adolescente, no âmbito das políticas públicas municipais, apresenta através da Secretaria Municipal de Assistência Social o seguinte relatório:

### I – DAS AÇÕES NA ÁREA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2023 – 1º BIMESTRE.

No 1º bimestre de 2023 a Secretaria Municipal de Assistência Social com apoio e colaboração do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA programaram e buscaram concretizar ações de assistência social voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes do Município, através das seguintes ações:

**a) Casa de Passagem Bom Jesus** – Esta Entidade proporciona acolhimento institucional provisório a crianças e adolescentes encaminhados através da Vara da Infância e Juventude, Ministério Público e Conselho Tutelar que se encontrem em situação de vulnerabilidade e risco social. Concedendo moradia provisória dentro de um ambiente residencial e acolhedor, garantindo a satisfação das necessidades básicas e sócio-educacionais das crianças e adolescentes acolhidos. Este bimestre iniciou com dois adolescentes acolhidos e no decorrer do mês de janeiro, houve acolhimento de uma criança, finalizando o bimestre com três acolhimento institucional.

**b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA e Conselho Tutelar** – Estes Conselhos juntamente com o órgão gestor da área da Assistência Social e parcerias realizadas buscaram garantir as necessidades básicas das crianças e adolescentes do Município. Também o Conselho Tutelar realizou neste bimestre 536 (quinhentos e trinta e seis) atendimentos sendo:

❖ **Das medidas pertinentes aos Pais ou Responsável, Art. 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90:**

- Advertência: 05
- Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar: 03

❖ **Das medidas específicas de proteção à Criança e ao Adolescente, Art. 101 da Lei Federal nº 8.069/90:**

- Orientação, apoio e acompanhamento temporários: 488 atendimentos
- Matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino: 03
- Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial: 06
- Abrigo em entidade: 01

❖ **Das atribuições do Conselho, Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90:**



- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infrações administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente: 02
  - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101 de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional: 01
  - Expedir Notificações: 18
  - Representar o Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar: 01
  - Ficha Fica: 03
- **Total de Ofícios ao Fórum, relatórios, atendimentos e orientação às famílias, atendimento interno: 256**

## II – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

### a) DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em obediência as normas contidas na Instrução Normativa 36/2009, a execução orçamentária compreendendo o empenhamento, a liquidação e o pagamento das despesas, foi realizada da seguinte forma:

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-funções e Programas, conforme o vínculo com os recursos.		
Exercício de 2023 - Anexo 8, da Lei 4.320/64		
Valores acumulados até o 1º bimestre		
*1º BIMESTRE		
Classificação Orçamentária	Descrição	Valor aplicado
08.000.0000	Assistência Social	407.737,47
08.122.0000	Administração Geral	188.301,80
08.122.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.241.0000	Assistência ao Idoso	13.965,32
08.241.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.242.0000	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00
08.242.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	
08.243.0000	<b>Assistência à Criança e ao Adolescente</b>	
08.243.1201	Compreende as atribuições institucionais do Município na Política de atendimento da criança e adolescente, em conformidade com a Lei Federal no 8069/90.	41.346,67
08.244.0000	Assistência Comunitária	
08.244.1200	Gestão Municipal de Assistência Social	164.123,68

\* valor apurado empenhado no 1º bimestre: R\$ 41.346,67 (quarenta e um mil, trezentos e quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

Fonte: Departamento de Contabilidade Municipal

Pelo demonstrado no presente relatório, observa-se que o Município de Catanduvas, Estado do Paraná, vem buscando cumprir com as obrigações contidas na Constituição Federal, bem como atendendo às normas gerais da Política de Assistência Social.

Assim sendo, este relatório será apresentado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA de Catanduvas/PR, órgão normativo, deliberativo e

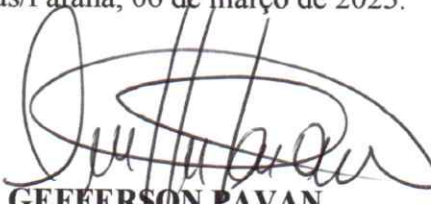


# MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

fiscalizador da política de promoção, atendimento e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social para que o mesmo avalie e emita parecer a fim de aprovar este Relatório de Gestão do 1º bimestre de 2023, tendo em vista que o mesmo atende o estabelecido pela legislação em vigor.

Catanduvas/Paraná, 06 de março de 2023.

*Sueli de Souza*  
**SUELI ALVES GARCIA DE SOUZA**  
Secretária M. de Assistência Social  
Decreto nº 05/2017

  
**GEFFERSON PAVAN**  
Contador  
CRC PR-058882/O-0